

**AO JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E
FAMILIAR CONTRA A MULHER DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA
DO XXXXXXXX/UF**

Ação Penal nº

Autor: XXXXXXXXXXXXXXXX

Réu: FULANO DE TAL

FULANO DE TAL, já qualificado nos autos em epígrafe, sob o patrocínio da Defensoria Pública do Distrito Federal, vem, à presença de Vossa Excelência, oferecer, na forma do artigo 600, *caput*, do Código de Processo Penal, as anexas

RAZÕES DE RECURSO DE APELAÇÃO.

Requer-se, portanto, a juntada das razões anexas, abrindo-se vista ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para que ofereça as contrarrazões ao recurso e, após, a remessa dos autos ao e. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios para apreciação do recurso.

Nestes termos, pede deferimento.

LOCAL E DATA.

FULANO DE TAL
Defensor Público

EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO XXXXXXXXXXXXXXXX

Ação Penal nº

Autor: XXXXXXXXXXXXXXXX

Réu: FULANO DE TAL

RAZÕES DE RECURSO DE APELAÇÃO

COLEDA TURMA:

1. RESUMO DOS FATOS

Trata-se de ação penal pública movida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios em face de FULANO DE TAL, a quem foi imputada a prática do crime previsto no artigo 129, §9º do Código Penal, em contexto de violência doméstica e familiar.

Após regular instrução, o Juízo *a quo* prolatou sentença id - Sentença, julgando procedente a pretensão acusatória para condenar o réu nas penas dos artigos 129, 9º do Código Penal.

Em razão da condenação, foi aplicada a pena definitiva de 6 (seis) meses de detenção em regime inicial aberto. Não foi concedida ao acusado a suspensão condicional da pena.

Intimada da sentença, a Defesa manifestou interesse em recorrer id- . Vieram os autos à Defensoria Pública, para a apresentação das razões recursais.

O resumo do feito, na forma exposta, é suficiente para aferir o preenchimento dos pressupostos recursais, autorizando este Juízo revisional a apreciar o mérito do presente recurso.

2. MÉRITO

2.1. ABSOLVIÇÃO DO ACUSADO.

Em que pese a sentença condenatória proferida nestes autos, a decisão judicial deve ser reformada, de forma que o acusado seja absolvido dos fatos que lhe foram imputados, vejamos:

Narrou a denúncia que, no dia dos fatos, o acusado FULANO DE TAL “avançou contra a vítima apertando o pescoço dela com as mãos e a jogou no chão”. Ainda segundo a denúncia, “a vítima tentou revidar as agressões, mas FULANO DE TAL passou a morder o ombro da irmã”.

São estes os supostos fatos pelos quais foi imputada ao denunciado a prática do crime previsto no artigo 129, §9º, do Código Penal Brasileiro.

Ouvida em juízo a respeito do ocorrido, no entanto, a vítima trouxe uma nova versão acerca da dinâmica do ocorrido, negando expressamente que o réu tivesse apertado o seu pescoço e a jogado no chão.

Quanto à mordida constatada no laudo de lesões corporais, em que pese tenha confirmado a sua existência, a vítima esclareceu que, na verdade, teria iniciado as agressões contra o seu irmão, que reagiu mordendo-a na região do ombro. Com efeito, aos 06m39s do arquivo de id, a vítima declarou que “voou para cima” do acusado quando o viu em seu quarto e que ele teria reagido com a mordida. Aos 07m10s, novamente a vítima confirma que bateu no acusado, empurrando-o contra a parede e agredindo-o.

A testemunha FULANO DE TAL, por sua vez, informou que “não se recorda dos fatos descritos na denúncia; que no dia acha que estava na rua; que não viu ele agredindo sua irmã; que só viu ele quebrando os móveis da casa; que não viu como os fatos ocorreram; que não viu lesões nela; que não sabe dizer o porquê ela registrou ocorrência; que o fato que lembra foi só dele quebrando os móveis mesmo e da sua irmã gritando; que o FULANO DE TAL não estava presente”.

Por sua vez, a testemunha FULANO DE TAL, irmão de ambos os envolvidos, asseverou que “que no dia estava trabalhando; que foi em casa só para pegar uma água; que só viu o resto da confusão; que quando chegou não tinha mais ninguém em casa; que quando chegou já tinha acabado a confusão; que só viu um pedaço da porta quebrada e o espelho quebrado; que eles lhe disseram que foi só uma briga; que não viu lesão nela.”

FULANO DE TAL, em seu interrogatório disse que não se lembra de nada sobre os fatos.

À luz do conjunto probatório produzido em Juízo, verifica-se que, de todos os fatos narrados na denúncia, apenas a alegação de que a vítima teria sido mordida pelo acusado encontra algum suporte probatório.

Quanto a este fato, no entanto, a prova produzida em juízo sob o crivo do contraditório torna incontroversa que se tratou de uma reação legítima a uma agressão física iniciada pela própria FULANO DE TAL após flagrá-lo em seu quarto.

A versão trazida pela própria vítima em juízo se mostra coerente e guarda inequívoca verossimilhança com a dinâmica do ocorrido. Com efeito, foi declarado que FULANO DE TAL foi encontrado no quarto da vítima, a qual já suspeitava que ele estaria subtraindo pertences da casa para adquirir drogas e, por isso, passou a agredir fisicamente o seu irmão que, por sua vez, se defendeu mordendo-a.

A dinâmica dos fatos, segundo o conjunto probatório produzido, torna incontroverso que se tratou de uma agressão praticada em legítima defesa para afastar a agressão física iniciada pela própria vítima.

É importante esclarecer, ademais, que o acusado, em que pese tenha sido confirmadamente agredido fisicamente por sua

irmã, não foi conduzido para a realização de exame pericial, o que prejudica eventual discussão sobre desproporcionalidade da ação.

Observa-se que o Ministério Público tenta, em suas alegações finais, desacreditar o depoimento da própria vítima sob o argumento de que ela teria deposto contrariamente à versão que consta da denúncia “para não agravar a situação do irmão perante a Justiça”. A justificativa do Ministério Público para afastar a credibilidade de um depoimento prestado em juízo se baseia tão somente em conjecturas sobre o ciclo de violência contra a mulher e como “é comum que mulheres em situação de violência minimizem o comportamento do agressor”.

Não se desconhece as peculiaridades do contexto de violência doméstica na dinâmica da produção de provas, cujas características inclusive estimulam a valorização da palavra da vítima na formação do convencimento judicial.

No entanto, buscar negar valor à palavra da vítima com base em alegações vazias desprovidas de lastro probatório e justificadas apenas em um senso comum teórico sobre o “ciclo de violência” demonstra apenas uma atuação paternalista que retira a autonomia da própria vítima e nega qualquer propósito emancipatório e de autoafirmação da mulher.

Não se sabe os reais motivos pelos quais FULANO DE TAL negou que os fatos tenham ocorrido na forma descrita na denúncia. Um motivo igualmente verossímil é que, no calor da emoção, ela estivesse disposta a prejudicar o seu irmão em razão das desavenças familiares anteriores e, portanto, tenha apresentado um depoimento direcionado a tentar prejudicá-lo, mas, decorridos os anos, tenha se arrependido.

Independentemente dos motivos, no entanto, o fato é que o depoimento da vítima colhido em sede judicial, na presença do juiz e dos órgãos de acusação e de defesa, não pode ser descartado

para que se considere apenas um depoimento colhido em fase preliminar e apenas na presença da autoridade policial, sem que se saiba as circunstâncias em que esse depoimento foi prestado, especialmente quando não existem quaisquer provas que o corroborem.

A partir de todo o exposto, a despeito do que alega o órgão acusatório, não há substrato probatório suficiente para julgar procedente a pretensão acusatória, visto que os elementos de prova produzidos indicam de maneira uníssona que o acusado agiu em legítima defesa, uma vez que a ofendida foi quem deu início às agressões.

Em tais casos, considerando que foi a própria vítima que deu início às agressões, a jurisprudência do e. TJDFT firma-se no sentido do decreto absolutório, confira-se:

APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE LESÃO CORPORAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. PALAVRA DA VÍTIMA. DISCREPÂNCIAS. AGRESSÕES RECÍPROCAS. DÚVIDAS QUANTO A QUEM DESENCADEOU AS AGRESSÕES. RECURSO PROVIDO. 1. É certo que nos crimes envolvendo violência doméstica, a palavra da ofendida é dotada de especial relevo. Entretanto, se: a vítima, ao ser ouvida em Juízo, alterou parcialmente o relato apresentado na Delegacia; foi evasiva ao ser questionada sobre o dano no para-brisa do apelante; e confessou apenas ter desferido um tapa no rosto do réu e cotoveladas em sua virilha, em supostas situações de defesa, quando o laudo de exame de corpo de delito dele atestou diversas outras lesões, inclusive nas costas

do réu, a palavra da ofendida não está totalmente harmônica nem em plena conformidade com a prova dos autos. 2. Havendo dúvida quanto a quem deu início às agressões e tendo os laudos periciais atestado lesões sofridas pelo acusado e pela vítima, compatíveis com agressões recíprocas e proporcionais, não se pode afirmar, com a segurança que a condenação penal exige, que o réu teria sido autor do delito de lesões corporais contra a vítima, sendo mister a absolvição, consoante o brocado do "in dubio pro reo". 3. Recurso provido.

(TJ-DF 20180610044367 DF 0004331-11.2018.8.07.0006, Relator: SILVANO BARBOSA DOS SANTOS, Data de Julgamento: 19/09/2019, 2ª TURMA CRIMINAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 25/09/2019 . Pág.: 64/85)

Desse modo, requer-se a absolvição do acusado consoante o disposto no art. 386, VII, do CPP, e subsidiariamente com fulcro no art. 386, VI, do CPP.

3.DOSIMETRIA DE PENA.

3.1 CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS: ANTECEDENTES,

Em caso de manutenção da condenação, a Defesa pugna pela reanálise da dosimetria da pena, pois, na primeira fase, a magistrada valorou como desfavoráveis os antecedentes do acusado com base em um fato que aconteceu posteriormente aos ocorridos neste processo, vejamos:

A denúncia narrou que as condutas ocorreram no dia x/x/20x, já a condenação transitada em julgado a que se refere a magistrada (id-) é de um fato que aconteceu no dia x/x/20x. Logo, trata-se de um fato posterior ao desse processo.

Impende destacar que o acusado não pode ter seus antecedentes valorados negativamente por um fato que aconteceu depois daquele que ele foi julgado. Fundamentando o pleito defensivo segue precedente do egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal:

APELAÇÃO CRIMINAL. AMEAÇA E VIAS DE FATO EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. DEPOIMENTO DAS VÍTIMAS PERANTE A AUTORIDADE POLICIAL E EM JUÍZO CORROBORADOS PELA PROVA TESTEMUNHAL. DOSIMETRIA DA PENA. MAUS ANTECEDENTES. CONDENAÇÃO POR FATO POSTERIOR AO QUE SE EXAMINA. IMPOSSIBILIDADE. PENAS REDIMENSIONADAS. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Devidamente demonstrado pelo conjunto probatório produzido nos autos, em especial, a palavra coesa e segura das vítimas, que encontra respaldo nos depoimentos dos policiais, não há que se falar em absolvição por insuficiência de provas quanto ao crime de ameaça e à contravenção penal de vias de fato. 2. **Afasta-se a valoração negativa dos antecedentes, amparada em condenação transitada em julgado por fato posterior, tendo em vista que, para seu exame negativo, é necessário que sobrevenha sentença condenatória, com trânsito em julgado, ainda que no curso do procedimento, por fato anterior ao que se examina.** Penas readequadas. 3. Recurso conhecido e parcialmente provido. 00038828120178070008 - (0003882-81.2017.8.07.0008 - Res. 65 CNJ) - Segredo de Justiça.

Desta feita, requer-se a valoração positiva acerca das circunstâncias judiciais dos antecedentes.

3.2 EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE DESPROPORCIONAL.

Ademais, em caso de se entender que os antecedentes são desfavoráveis, a dosimetria da pena deve ser revista a fim de que a exasperação da pena base, na primeira fase, seja realizada de forma proporcional.

É que a magistrada, após valorar negativamente uma circunstância judicial do crime, exasperou A PENA EM 4 (meses), que é mais do que 1/6 da pena mínima do delito.

A doutrina mais abalizada acerca do tema perfilha-se no sentido de que a pena mínima deve ser aumentada em 1/6 para cada circunstância judicial desfavorável.

No mesmo sentido, tem decidido o TJDFT:

PENAL. LESÃO CORPORAL CONTRA A EX-MULHER. LEI MARIA DA PENHA. AUSÊNCIA DE LAUDO PERICIAL. LESÃO PROVADA PELO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO MÉDICO. PROVA SATISFATÓRIA DA MATERIALIDADE E AUTORIA. CORREÇÃO DA DOSIMETRIA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. 1 Réu condenado por infringir o artigo 129, § 9º, do Código Penal, combinado com 5º, incisos I, II e III, da Lei 11.340/06, depois de arremessar duas garrafas de vidro contra a ex-mulher, lesionando-a no punho direito. A materialidade e a autoria foram comprovadas por testemunhos e pelo o boletim médico que atesta a lesão produzida na vítima. **2 O aumento da pena por uma única circunstância judicial desfavorável não deve extrapolar a proporcionalidade da norma penal infringida, sendo razoável aplicar o critério de um sexto sobre o limite mínimo do tipo penal ou de um oitavo sobre a diferença dos limites máximo e mínimo.** 3 Apelação parcialmente provida. (Acórdão n.1095865, 20161510014944APR, Relator: GEORGE LOPES 1ª TURMA CRIMINAL, Data de Julgamento: 03/05/2018, Publicado no DJE: 15/05/2018. Pág.: 111-122).

Destarte, caso seja mantida a valoração desfavorável da

circunstância judicial, requer-se a redução do quantum majorado, observando-se o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade.

4. CONCLUSÃO.

Ante o exposto, o acusado **FULANO DE TAL** vem requerer seja conhecido e provido o presente recurso para que seja julgada improcedente a ação penal, absolvendo-o da imputação constante da denúncia, com fulcro no art. 386, inciso VII, subsidiariamente inciso VI, ambos do artigo 386 do Código de Processo Penal. Subsidiariamente, a reanálise da dosimetria da pena a fim de que sejam consideradas favoráveis ao acusado todas as circunstâncias judiciais, fixando-se a pena-base no mínimo legal. Ademais, em caso de manutenção da valoração negativa, a sua redução tendo em vista a desproporção da exasperação.

LOCAL E DATA.

FULANO DE TAL

Defensor Público do UF